

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 850.958 - SP (2016/0017146-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : OLYMPIO DE MELO**  
**ADVOGADO : ODENEY KLEFENS - SP021350**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por OLYMPIO DE MELO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 83):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO. PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO ADVOGADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.

I - Não há ilegalidade ou abuso de poder na determinação judicial de prestação de contas do valor da execução a ser levantado, em atenção ao princípio do poder geral de cautela atribuído ao Magistrado na direção do processo, objetivando dar bom andamento ao feito, bem como garantir a efetividade da justiça e, ainda, resguardar os interesses dos hipossuficientes.

II - Considerando o caráter previdenciário da presente ação, mormente o fato de ser o autor pessoa de idade avançada, beneficiário da justiça gratuita e que o feito tramita desde o ano de 1996, não se verifica eiva de ilegalidade ou afronta ao direito individual do advogado na decisão agravada, até porque a prestação de contas é fato inerente à sua profissão, encontrando previsão no art. 34 da Lei n. 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e a OAB.

III - Agravo do autor improvido.

No especial obstaculizado, o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 25 e 26 da Lei 8.906/1994, bem como dos arts. 914 e 915 do Código de Processo Civil de 1973, sustentando a ilegitimidade do juízo para a exigência de prestação de contas ao advogado, pois as informações relativas a seus clientes estariam protegidas pelo sigilo profissional, e caberia somente a eles esse requerimento.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ, bem como não houve a demonstração da divergência jurisprudencial.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que não pretende o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente, e que comprovou o dissídio alegado.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março

de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

No que toca à alegação de contrariedade dos arts. 25 e 26 da Lei 8.906/1994, bem como aos arts. 914 e 915 do CPC/1973, registre-se que o presente apelo nobre carece do requisito constitucional do prequestionamento.

Conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição das Súmulas 282 e 356 do STF.

Quanto ao mérito, verifico que a pretensão recursal não merece prosperar.

Destaco os fundamentos que deram suporte ao acórdão recorrido (e-STJ fl. 62):

Esta Corte tem se posicionado no sentido de que não há ilegalidade ou abuso de poder na determinação judicial de prestação de contas do valor da execução a ser levantado, em atenção ao princípio do poder geral de cautela atribuído ao Magistrado na direção do processo, objetivando dar bom andamento ao feito, bem como garantir a efetividade da justiça e, ainda, resguardar os interesses dos hipossuficientes.

Assim, considerando o caráter previdenciário da presente ação, mormente o fato de ser o autor pessoa de idade avançada, beneficiário da justiça gratuita e que o feito tramita desde o ano de 1996, não se verifica eiva de ilegalidade ou afronta ao direito individual do advogado na decisão agravada, até porque a prestação de contas é fato inerente à sua profissão, encontrando previsão no art. 34 da Lei n. 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e a OAB.

O acórdão recorrido está em harmonia com o entendimento desta Corte, no sentido de que não se configura ilegalidade ou abuso de poder a determinação judicial de prestação de contas do valor da execução a ser levantado, em respeito ao princípio do poder geral de cautela, visando garantir a efetividade da justiça e, também, resguardar os interesses dos hipossuficientes em ações do regime geral de previdência social.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS SUSCITADA DE OFÍCIO. PODER GERAL DE CAUTELA. POSSIBILIDADE. OBJETIVO DE EVITAR DANO À PARTE. PARTICULARIDADES DO PROCESSO. AGRAVO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Magistrado pode determinar às partes que apresentem documentos necessários ao regular processamento do feito, em observância ao poder

geral de cautela, quando as particularidades do processo exigirem.

2. Não se revela, assim, caracterizado abuso de poder na determinação judicial de prestação de contas do valor da execução, com fim de resguardar interesses dos hipossuficientes autores da ação. A questão foi analisada pela Corte de origem sob o prisma do poder geral de cautela, entendido com uma amplitude compatível com a sua finalidade primeira, que é a de assegurar a efetividade da decisão judicial.

3. A decisão agravada está em sintonia com os seguintes precedentes desta Corte: AgRg no RMS 20.819/SP, Rel. Min. VASCO DELLA GIUSTINA, DJe 10.5.2012; AgRg no Ag 1.222.338/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 8.4.2010; REsp. 830.158/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.4.2009.

4. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 819.571/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 16/08/2019).

PROCESSUAL CIVIL. ATUALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS. PODER GERAL DE CAUTELA. POSSIBILIDADE. OBJETIVO DE EVITAR DANO À PARTE. LONGO PERÍODO DECORRIDO ENTRE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO E O LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO NA EXECUÇÃO.

1. O magistrado, com base no poder geral de cautela e havendo suspeita ou indícios de que a parte outorgante não esteja ciente do andamento processual, poderá determinar a atualização de procuração com poderes especiais para receber e dar quitação.

2. Não há nenhum prejuízo no cumprimento dessa diligência para o advogado que atua regularmente, pois constitui seu dever informar à parte outorgante do andamento do processo, bem como esclarecer dúvidas relativas à demanda. Tal medida, ademais, visa resguardar o próprio direito da parte.

3. Desse modo, entendo não haver violação ao artigo 38 do CPC e aos artigos 934, 1.288 e 1.295 do Código Civil, porquanto há de prevalecer in casu os artigos 798 e 799 do CPC.

4. Recurso especial não provido. (REsp 830.158/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 23/04/2009).

Dessa forma, incide o óbice da Súmula 83 do STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator